

BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DA NAÇÃO

O território é um espaço, delimitado fisicamente ou não, onde são estabelecidas relações de poder. Na delimitação de um espaço físico, ele se apresenta em um espaço geográfico submetido a um poder central ou, mais precisamente, a áreas onde existe um conjunto de normas. O território nacional é o espaço, limitado por fronteiras, no qual se exerce a soberania do Estado brasileiro, expressa na Constituição e nas leis que dela derivam.

Na Idade Média europeia, o reino era patrimônio do soberano, que mantinha relações de poder com a nobreza feudal. Nessa época os casamentos figuravam estratégias políticas para unificação de reinos. O Estado-Nação contemporâneo ergue-se sobre os conceitos de soberania (poder de mando, que se exerce na esfera política) e propriedade (direitos de uso e venda, que são exercidos na esfera econômica). **O Estado exerce a soberania sobre o conjunto do território**, mas a terra está dividida em parcelas cuja propriedade está distribuída entre particulares.

No absolutismo o poder pertencia ao rei por um “direito de origem divina”. No Estado-Nação, a soberania é exercida pelo Estado, mas seu titular é a nação (associação de indivíduos iguais ou com passado e memórias comuns, que compartilham de um projeto de futuro), e é por isso que os governantes são eleitos pelos cidadãos e os poderes do Estado divididos entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Este equilíbrio entre os poderes e as liberdades públicas e políticas servem para impedir que os governantes capturem para si mesmos a soberania que pertence à nação.

O território nacional é uma construção histórica e política. No caso brasileiro, o território atual tem raízes na unificação das colônias da América portuguesa pelo Império do Brasil. Sua organização política é produto do modelo republicano e federativo de Estado, implantado em 1889.

A expressão **Brasil Colônia**, transmite uma ideia de unidade territorial e política da América portuguesa, porém esta nunca aconteceu, pois a Coroa temia a constituição de um centro político no Novo Mundo. No período colonial, a administração do território se baseava em **capitanias** que se reportavam diretamente a Lisboa. O governo-geral, instalado em Salvador até 1763 e dali em

diante no Rio de Janeiro, jamais estendeu sua influência de forma homogênea ao conjunto das capitanias.

Nos tempos coloniais, os municípios representavam uma importante fonte de poder. As câmaras municipais eram constituídas por “homens bons”, ou seja, grandes proprietários de terra, que dispunham de certas prerrogativas como: criar impostos, definir preços de produtos e, até mesmo, recusar funcionários nomeados pela coroa. Essa estrutura de poder local fazia o interesse público identificar-se ao interesse privado dos proprietários de terra, assim a política se tornava uma extensão dos negócios particulares. A organização dos territórios coloniais conheceu diversas mudanças ao longo do tempo.

O **Império do Brasil** (ou Estado imperial), **proclamado em 1822**, herdou este conjunto fragmentado das colônias portuguesas e inscreveu, como prioridade política, a **construção de uma unidade**. A **constituição de 1824** organizou o Estado como uma **monarquia unitária**, onde o poder era centralizado na mão do imperador de modo a evitar a formação de centros regionais de poder concorrentes. O **território foi dividido em províncias**, que derivaram diretamente das capitanias, mas não dispunham de autonomia política. O imperador nomeava o presidente das províncias e tinha o poder de suspender resoluções dos conselhos provinciais eleitos. A solda econômica e política que ligava as províncias era o instituto da escravidão.

O Estado imperial, centralista e unitário, desabou junto com o sistema escravista, sendo substituído pelo **Brasil República**, que se organizou com **base no modelo federativo**. As **províncias se converteram em estados**, ganhando **autonomia política**, manifestada pela eleição de governadores, pelos poderes legislativos conferidos às assembleias estaduais e pela existência de constituições nos estados.

Durante o primeiro período republicano, a República Velha, entre 1889 e 1930, o enfraquecimento do poder obedeceu à vontade das **oligarquias** (pequenos grupos que detêm o poder político e econômico de uma sociedade) regionais. Mesmo com a proclamação da república sendo proclamada em 15 de novembro de 1889, somente **em 1891** que **surgiu a primeira Constituição do Brasil República, estruturando o federalismo brasileiro segundo o modelo norte-americano**. Os partidos políticos se estruturaram em bases estaduais, dominadas pelas elites dos

estados mais ricos e populosos (São Paulo e Minas Gerais), que fizeram da autonomia política um trampolim para capturar o poder central. Por meio da “política dos governadores” ou Política do Café com Leite, paulistas e mineiros se revezaram na presidência da república.

O modelo federativo conheceu oscilações significativas ao longo do tempo. A Constituição centralista do Estado Novo, em 1937, instaurada pelo presidente da República Getúlio Vargas, apoiado pelas Forças Armadas, fechou o Congresso Nacional, anunciou uma nova constituição e instalou um governo autoritário, concentrando o poder em suas mãos e, praticamente, aboliu as autonomias estaduais. As amplas autonomias dos primeiros tempos nunca foram restauradas, mas a **Constituição de 1946** restabeleceu os direitos dos estados. Porém, mais tarde, **com a ditadura militar, entre 1964 e 1985**, o país conheceu uma **nova etapa de centralização política**.

A **Constituição de 1988**, elaborada no momento de redemocratização, procurou reequilibrar a federação, distribuindo receitas tributárias entre a União, os estados e os municípios. As instituições do Estado refletem a lógica do modelo federativo. O **Congresso Nacional** é dividido em duas câmaras. A **Câmara Federal é constituída pelos deputados**, que representam o povo e são **eleitos em número proporcional à população das unidades de federação**, composta atualmente por 513 deputados federais. O **Senado Federal é constituído pelos senadores**, que representam as unidades da federação **e, cada estado, tem direito a três senadores**.

Assim, a configuração geográfica das unidades federativas derivou, em linha direta, das províncias imperiais que, por sua vez, refletiam as capitânicas coloniais.

Os **territórios federais**, ao contrário dos estados, não dispunham de autonomia política e eram administrados diretamente pela União. O Acre foi o primeiro a ser criado em 1903, surgiu através do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil adquiriu da Bolívia a vasta área que havia sido povoada por seringueiros brasileiros no final do século XIX. Ao todo o Brasil possui sete territórios que, com o passar do tempo, foram elevados à condição de estados. Pela Constituição de 1988, Pernambuco anexou o pequeno território insular de Fernando de Noronha.

A transferência da capital federal para Brasília, em 1960, levou à criação do Distrito Federal, em terras antes pertencentes a Goiás. O antigo Distrito Federal,

onde se encontrava a cidade do Rio de Janeiro, foi transformado no estado da Guanabara, que durou até 1974, quando se incorporou ao estado do Rio de Janeiro. A Constituição de 1988 concedeu autonomia ao Distrito Federal, que funciona como um estado, mas é constituído apenas pelo município indivisível de Brasília.

Brasília acelerou a “marcha para o Oeste”, ou seja, o povoamento moderno e a valorização econômica das terras do Brasil Central. Assim, **a atual República Federativa do Brasil é constituída por 26 estados e pelo Distrito Federal.**

O desmembramento de unidades de federação se justifica como instrumento de promoção da integração territorial. O povoamento mais intenso das terras interiores demanda a implantação de serviços públicos e a presença de órgãos da administração estadual para a garantia dos direitos sociais. Contudo, elites regionais e locais se beneficiam com a criação de novos estados. Afinal, as máquinas administrativas funcionam como fontes de novos cargos públicos, que se tornam objetos de intercâmbio político e de trocas de favores.

A criação é mais acelerada no nível municipal. Em 1985, o país estava dividido em 4.116 municípios e, em 2005, esse número atingia 5.564. Este aumento resulta da emancipação de pequenos núcleos urbanos, que se desmembram das antigas sedes municipais, refletidas, geralmente, devido ao crescimento demográfico, contribuindo para expansão da cobertura dos serviços públicos de educação, saúde e segurança. Contudo, muitas vezes nada mais é do que a conquista de um aparelho de poder, constituído pela prefeitura e pela câmara de vereadores, por parte dos políticos locais.

EXERCÍCIOS

1. Quanto à forma do Estado brasileiro, é correto afirmar.

- A) segundo a Constituição de 1824 e de 1891, o Brasil era um Estado federal
- B) segundo a Constituição de 1824, o Brasil passou a ser um Estado federal
- C) segundo a Constituição de 1891, o Brasil passou a ser um Estado unitário
- D) segundo a Constituição de 1934, o Brasil passou a ser um Estado unitário
- E) segundo a Constituição de 1891, o Brasil passou a ser um Estado federal

2. Observe o mapa do Brasil abaixo:



Considerando as mudanças na divisão política do território brasileiro, as áreas identificadas com os números 1, 2 e 3 correspondem, respectivamente, ao

- A) antigo território federal do Acre, ao antigo estado do Pará e ao antigo estado do Tocantins.
- B) antigo território federal de Roraima, ao atual estado de Goiás e ao atual estado do Mato Grosso.
- C) atual estado do Amapá, ao antigo território federal de Rondônia e ao atual estado de Tocantins.
- D) atual estado de Rondônia, ao antigo estado do Mato Grosso e ao atual estado de Goiás.
- E) atual estado de Roraima, ao antigo território federal do Amapá e ao atual estado do Mato Grosso do Sul.

3. Para se compreender a divisão do território brasileiro em estados e, conseqüentemente, a existência dos estados federados e a desigualdade de seu desenvolvimento, torna-se necessário compreender também o processo de transformação do espaço brasileiro em território, o processo de povoamento, as motivações que o provocaram e os percalços encontrados durante cinco séculos de povoamento.

(Fonte: ANDRADE, M. C. de. *A Federação brasileira – uma análise geopolítica e geossocial*. São Paulo: Contexto, 1999.)

Com base nesse texto, assinale a alternativa correta.

A) Mesmo após cinco séculos de ocupação e povoamento, a divisão dos estados brasileiros e sua configuração atual resultam da implantação das capitânicas hereditárias.

B) As motivações para o povoamento do território estiveram ligadas à existência dos estados federados e à desigualdade de desenvolvimento existente entre eles.

C) Alguns estados brasileiros têm maior população e são considerados mais desenvolvidos pela forma como ocorreu sua divisão.

D) A divisão do território brasileiro e suas características podem ser compreendidas pela forma histórica como ocorreu a ocupação e o povoamento do espaço.

E) A forma como foram criados os estados federados gerou um país com distribuição populacional e desenvolvimento desiguais.

4. Leia a citação a seguir.

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são mais benignas e se mostram sempre alegres [...] as águas são mais puras; é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutífero o clima; influem benignos astros e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes.

ROCHA PITA, Sebastião da. Apud CHAUI. M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. p. 6. [Adaptado]

No século XVIII, a descrição desse cronista destaca as riquezas naturais que conferem ao Brasil o sentido de um paraíso descoberto. Considerando o texto, a formação do território brasileiro naquele período está relacionada à

A) exploração das riquezas naturais do vasto território pela adoção da política administrativa e fiscal da metrópole portuguesa.

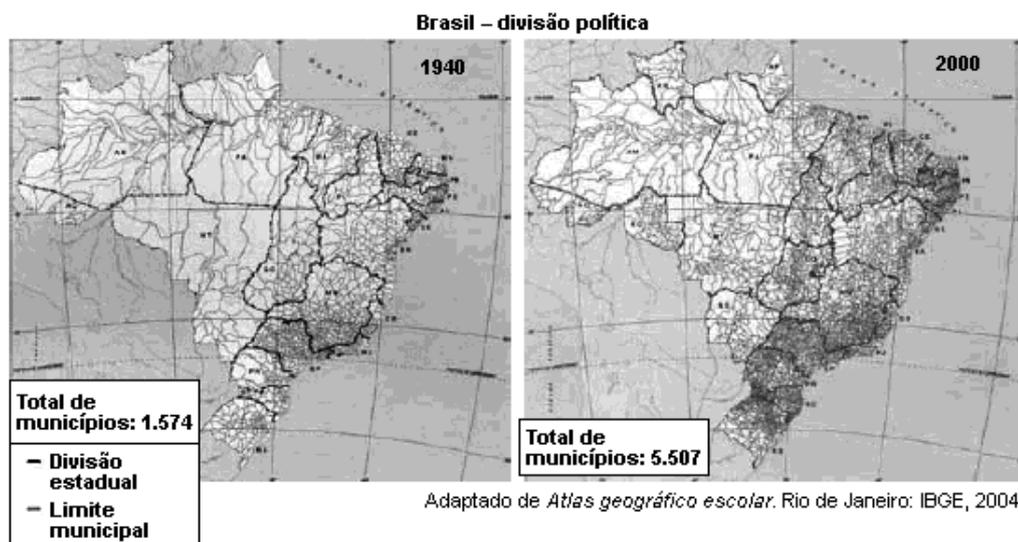
B) vinda de portugueses, holandeses e franceses, tendo como consequência o povoamento do território por *inumeráveis habitantes*.

C) proclamação da independência política da colônia em relação à metrópole, mantendo a produção agrícola voltada para a exportação.

D) outorga da Constituição pelo imperador, que estabeleceu a divisão do país em províncias dirigidas por presidentes nomeados.

E) expansão da monocultura cafeeira em solo fértil, que promoveu a ocupação e o povoamento do litoral em direção ao interior do país.

5. Analise os mapas a seguir:



A mudança verificada na malha municipal do Brasil, no período entre 1940 e 2000, é resultado das particularidades do processo de ocupação do território nacional e das alterações na organização política do país. A alternativa que contém duas causas que levaram a essa mudança é:

- A) urbanização litorânea - transferência para os estados do poder de instituição de municípios durante o regime militar
- B) modernização do campo - prioridade para os governos municipais na repartição da receita tributária desde a década de 1960
- C) industrialização desconcentrada - alteração do critério para criação de novos municípios a partir do segundo governo Vargas
- D) interiorização do povoamento - flexibilização dos parâmetros legais para a emancipação municipal após a Constituição de 1988

6. Há uma gama de opções diferentes para a organização institucional dos Estados, desenvolvida em função das particularidades históricas e geográficas de cada país. Sobre o tema, considere as seguintes afirmativas:

I. Nos estados unitários, as leis fundamentais são estabelecidas pela constituição nacional, inexistindo constituições próprias das unidades político-administrativas.

II. Nos estados federais, o presidencialismo é necessário para preservar a unidade do território nacional.

III. A característica fundamental do presidencialismo é a concentração das funções de chefe de estado e chefe de governo no cargo de presidente.

IV. A divisão do território em grandes regiões de planejamento é a característica definidora do sistema federativo.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- D) Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- E) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

7. A constituição do Brasil, promulgada em 1988, alterou a divisão territorial do País criando Estados, anexando territórios e transformando território em Estado. Assim, a Região

A) Centro-Oeste foi a que mais modificou, pois teve anexado, o estado de Tocantins.

B) Sul não sofreu nenhuma modificação, enquanto a região Sudeste teve o estado do Espírito Santo incorporado à sua área.

C) Norte e a Centro-Oeste foram as que tiveram sua área mais modificada, porque a Região Norte foi acrescida do Estado do Acre e a Região Centro-Oeste, do Estado de Tocantins.

D) Nordeste sofreu pequena alteração, com a anexação do antigo território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco.

E) Sudeste e a Centro-Oeste não sofreram modificações.

8. Assinale, a alternativa que apresenta modificações corretas na divisão político-administrativa do Brasil, com a vigência da Constituição de 1988.

A) A criação do Estado de Fernando de Noronha e a sua anexação à Região Nordeste.

B) A criação dos Estados de Roraima e Amapá e o aumento da extensão territorial da Região Norte decorrente da criação do Estado de Tocantins, desmembrado de Goiás.

C) A criação do Estado de Tocantins, desmembrado dos antigos Estados de Mato Grosso e Goiás e a sua anexação à Região Centro-Oeste.

D) A criação dos Estados do Amapá, Rondônia e Acre e a anexação do território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco.

E) A diminuição da extensão territorial da Região Nordeste, com a anexação do Oeste do Maranhão à Amazônia Legal.